



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental – SURAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0534844/2018			
PA COPAM Nº: 144/1997/010/2017		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Marluvas Calçados de Segurança LTDA	CNPJ:	19.653.054/0001-84
EMPREENDIMENTO:	Marluvas Calçados de Segurança LTDA	CNPJ:	19.653.054/0001-84
MUNICÍPIO:	Dores de Campos - MG	ZONA:	Urbana
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM nº 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
C-09-03-2	Confecção de calçados de couro e artefatos diversos de couro	3	0
F-05-07-1	Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados	2	
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Marcelo Peres de Moraes		REGISTRO: N.º de registro: 0641709815	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Débora de Castro Reis Gestora Ambiental (Engenheira Florestal)		1.310.651-3	
De acordo: Eugênia Teixeira Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.335.506-0	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0534844/2018

O empreendimento Marluvas Calçados de Segurança Ltda exerce a atividade principal de fabricação de calçados de segurança, exercendo suas atividades no município de Dolores de Campos - MG. Em 11/09/2017, foi formalizado, na Supram Zona da Mata, o processo administrativo (144/1997/010/2017) de revalidação de licença de operação, e 19/03/2018 o empreendedor solicitou a reorientação de seu processo para a modalidade de licenciamento ambiental simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), devido ao seu novo enquadramento.

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento são a confecção de calçados de couro, cuja área útil atual é de 11.135,56 m², e a reciclagem de outros resíduos "classe 2" com capacidade instalada de 0,806 t/dia. Em relação aos critérios locacionais de enquadramento, o empreendimento possui peso "0" (zero), uma vez que se trata de um processo de renovação, o que justifica a adoção do procedimento simplificado.

Como principais impactos inerentes às atividades, tem-se a geração de resíduos sólidos industriais (aparas de poliuretano, borras de PU, aparas de couro, pó de couro, espuma, estopa, linha, palmilhas, termoplástico, PU com desmoldante, vildona, papel/papelão, resíduo de sucata, resíduo de cloreto de metileno, resíduos de plástico, resíduo de cloreto de metileno, resíduo de água e óleo, dentre outros), o efluente líquido que é gerado nos sanitários, as emissões atmosféricas que são geradas na área de produção da indústria no processo de lixação dos calçados gerando o pó de couro e a geração de ruídos dos escritório/recepção, balancins de corte, expedição/paleteiras, injetoras e das esteiras de montagem. Não são produzidos efluentes líquidos industriais pelo empreendimento.

A água utilizada pelo empreendimento destinada ao consumo industrial, humano e limpeza de instalações provém de captação em poço tubular regularizada através de Outorga com portaria N.º 00361 de 09/04/2015 que se encontra vigente conforme a Portaria 49/2010 do IGAM, tendo em vista que o empreendedor formalizou o processo de renovação até a data do término de vigência da Portaria.

Não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento e o mesmo está localizado em zona urbana.

Os efluentes líquidos sanitários gerados pelo empreendimento são objeto de adequado tratamento, sendo destinado a um sistema de fossa, filtro e sumidouro, com vazão máxima de 62,23 m³/dia e vazão média de 28,80 m³/dia. A amostragem e análise dos efluentes líquidos sanitários são realizadas semestralmente.

O armazenamento temporário e a destinação final dos resíduos sólidos informados nos estudos apresentam-se ajustados às exigências legais. Os resíduos são encaminhados a um depósito temporário de resíduos para posterior destinação a empresas licenciadas a recebê-los e quando possível, são reciclados na própria indústria.

O efluente atmosférico (pó de couro) é recolhido por um coletor de pó com manta filtrante e destinado a aterro sanitário licenciado.

A geração de ruído, apesar de existente, é restrita ao empreendimento, sendo os mais afetados os funcionários da empresa, os quais utilizam equipamento de proteção individual – EPI. É realizada avaliação anual dos níveis de ruído segundo a legislação ambiental vigente.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0534844/2018

Cita-se, ainda, que não foram identificados e registrados nos estudos outros impactos ambientais relevantes que possam estar associados à operação do empreendimento, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes dos estudos, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Marluvas Calçados de Segurança LTDA” para as atividades de “Confecção de calçados de couro e artefatos diversos de couro” e “Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados”, no município de Dolores de Campos - MG, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Marluvas Calçados de Segurança LTDA”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

***Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ZM, face ao desempenho apresentado.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Marluvas Calçados de Segurança LTDA”.

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes líquidos sanitários ⁽¹⁾	DBO, DQO, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos totais, óleos e graxas e detergentes.	<u>Semestral</u>

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Locais de amostragem: Entrada da ETE (efluente bruto): antes do tanque séptico. Saída da ETE (efluente tratado): após o filtro anaeróbio.

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram Zona da Mata até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Ruídos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>Anual</u>

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram-ZM os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.



As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.

3. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Zona da Mata, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.